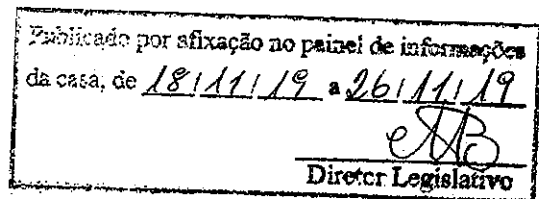


LEI Nº 3982, de 8 de outubro de 2019.



Autoriza a prorrogação mediante aditivo dos contratos de mútuo celebrados entre o Município de Sapucaia do Sul e os mutuários amparados pelas Leis Municipais nºs 2.009/1997, e suas alterações; 2.049/1997; 2.112/1997; 2.120/1998; 2.144/1998; 2.166/1999; 2.248/1999; 2.252/1999; 2.572/2003; 2.830/2006; permite a celebração de novos parcelamentos sobre os passivos financeiros, mediante confissão de dívida e oportuniza a quitação antecipada por meio de Programa de Antecipação de Quitação de Contratos de Mútuo.

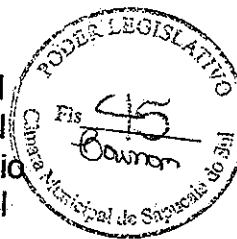
O Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte,

LEI :

Art.1º Fica autorizado o Poder Executivo de Sapucaia do Sul a prorrogar, mediante termo aditivo, todos os contratos celebrados entre a municipalidade, na qualidade de promitente vendedor, e os mutuários, na qualidade de promitentes compradores, vigentes até a data de publicação desta Lei, em virtude de caso fortuito ou força maior que ocasionou falha na emissão de carnês e boletos de cobrança pela Prefeitura em 2018 e 2019 e impossibilitou a quitação das prestações pecuniárias nos respectivos vencimentos, pelo prazo correspondente a quantidade de parcelas inadimplidas, permanecendo inalterado o valor estabelecido no contrato original, passando a ser exigida a obrigação pela satisfação do crédito parcelado a partir de sessenta (60) dias da data de publicação desta Lei.

§ 1º Não incidirão juros de mora sobre os valores das parcelas decorrentes da prorrogação contratual prevista no “caput” deste artigo.

§ 2º Será utilizada a Unidade Municipal de Referência Fiscal (UMRF) como indexador para correção monetária incidente sobre o valor das prestações oriundas do aditivo contratual estabelecido no “caput” deste artigo.



Art. 2º O Poder Público somente emitirá Certidão de Quitação após a quitação integral do contrato de mútuo ao mutuário ou ao cessionário devidamente habilitado pela municipalidade e que utilize a respectiva habitação como o único bem imóvel de moradia familiar.

§ 1º Fica garantido aos mutuários e cessionários referidos no “caput” deste artigo o benefício de isenção de ITBI, preconizada no art. 35, inciso I, alíneas “a”, “b”, e “c”, da Lei Complementar Municipal nº 01, de 27 de setembro de 2017, Código Tributário Municipal.

§ 2º Os cessionários somente serão habilitados pela Administração Pública municipal se as obrigações provenientes do contrato de mútuo se encontrarem devidamente adimplidas, e em caso de inadimplência contratual, o interessado deverá satisfazer integralmente as parcelas vencidas para que somente após o Poder Público possa proceder ao registro de sua habilitação.

Art. 3º Os mutuários inadimplentes cujos contratos celebrados com o Município de Sapucaia do Sul já tiverem sua vigência expirada após a publicação desta Lei serão notificados pelo Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação para celebrar novos parcelamentos sobre os passivos financeiros, mediante a confecção do instrumento jurídico da confissão de dívida.

Parágrafo Único. Os parcelamentos de que trata o “caput” deste artigo recairão sobre o saldo financeiro do contrato original, cujo prazo de duração compreenderá o número de quantidade de parcelas restantes.

Art. 4º Fica criado o Programa de Antecipação de Quitação de Contratos de Mútuo celebrados entre Município de Sapucaia do Sul e os promitentes compradores, que ocorrerá por adesão livre do mutuário.

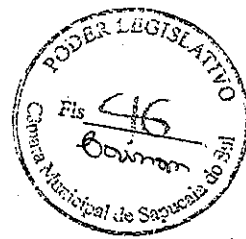
§ 1º Para requerer a antecipação de quitação prevista no “caput” deste artigo, o mutuário deverá preencher requerimento específico no Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.

§ 2º Fica estabelecido o período de um (1) ano contado a partir de trinta (30) dias da data de publicação desta Lei para adesão ao Programa instituído pelo “caput” deste artigo, sendo concedido ao mutuário desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor total a ser quitado, em parcela única.

§ 3º As antecipações de quitações a que se refere o “caput” deste artigo terão seus valores compostos pelo número de parcelas a vencer, corrigido apenas pela UMRF do Município de Sapucaia do Sul na data da emissão do boleto para pagamento.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral



§ 4º O Programa previsto no “caput” deste artigo estende-se aos cessionários, desde que observados o disposto do art. 2º desta Lei.

Art. 5º A presente Lei incidirá sobre todos os contratos de mútuo regidos pelas Leis Municipais nºs 2.009/1997, e suas alterações; 2.049/1997; 2.112/1997; 2.120/1998; 2.144/1998; 2.166/1999; 2.248/1999; 2.252/1999; 2.572/2003; 2.830/2006.

Art. 6º O recursos oriundos desta Lei serão repassados ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social (FMHIS), conforme preconiza a Lei Municipal nº 3.186, de 15 de janeiro de 2010.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação expedirá as orientações e informações necessárias ao cumprimento da presente Lei, bem como divulgará as datas de vigência dos benefícios e do Programa instituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sapucaia do Sul, em 8 de outubro de 2019.

Publicado por afiliação no
Panela de Informações
de 8/10/19 a 22/10/19
Registrado sob nº 3582119
Nome: ERA SUZANNA DE OLIVEIRA
Cargo: Oficial Municipal
Matrícula: 7/20


ARLENIO DA SILVA,
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e publique-se,